

O estudo da representatividade racial e de gênero nos cursos de licenciatura dos institutos federais de Minas Gerais

The study of racial and gender representation in the Minas Gerais' federal institutes - Brazil degree courses

El estudio de la representatividad racial y de género en los cursos de pregrado de las instituciones federales de Minas Gerais - Brasil

Denise Conceição das Graças Ziviani*

Instituto Federal de Minas Gerais campus Ouro Preto

Vanessa da Silva Estevam**

Instituto Federal de Minas Gerais campus Ouro Preto

RESUMO

Este estudo faz alusão às relações raciais, de gênero e classe socioeconômica do alunado dos cursos de Licenciatura, tendo como espaço empírico os Institutos Federais de Minas Gerais. A partir de dados fornecidos pela Pró-Reitoria e pelo IFMG campus Ouro Preto, na faixa temporal de 2011 a 2015 foi possível constatar que os IFs mineiros dispõem de uma segregação racial por área do conhecimento, sendo que a maioria do alunado cursa Licenciatura na área de Humanas e os estudantes que se declararam brancos cursam Licenciatura na área de exatas. Segundo dados obtidos, mais de 90% frequentaram escolas públicas durante o ensino médio e prestaram vestibular tradicional para ingressarem no ensino superior. Em contraposição, ainda é desconhecido a representatividade por sexo, devido à falta de coleta, armazenamento e tratamento dessa informação por parte da instituição, que desconsidera a importância da política de educação e gênero.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Formação Inicial. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This paper aims to analyse the racial, gender and socioeconomic relations inside the Federal Institute of Minas Gerais (IFMG). Using the data provided by the IFMG Ouro Preto in the time frame from 2011 to 2015, it was possible to realize that the Federal Institutes in Minas Gerais have a racial segregation by knowledge area, once most of the students pursuing degrees in Humanities were black and the students that declared themselves white were from mathematics area. According to the datas obtained, more than 90% attended public schools during high school and served traditional entrance exams to enter the higher education. In contrast, the representativity by gender is still unknown, due to lack of collection, storage and processing of such information by the Federal Institutes, which disregard the importance of education and gender politics.

Keywords: Race. Gender. initial Training. Public policy

RESUMEN

Este estudio se refiere a las relaciones raciales, de género y el nivel socioeconómico de los estudiantes de cursos de pregrado, en el espacio empírico de las Instituciones Federales de Minas Gerais. A partir de los datos proporcionados por el Decano del campus IFMG Ouro Preto en el período (2011-2015) se encontró que los IF mineros presentan espacio de segregación racial por área del conocimiento; la mayoría de los estudiantes cursan programas de las áreas Humanas, mientras que estudiantes que se declararon blancos estudian programas de Ciencias Exactas. Según los datos obtenidos, más del 90% estudiaron en instituciones públicas durante la básica secundaria e hicieron examen tradicional para acceder a la educación superior. Por su parte, sigue siendo desconocida la representación por sexo, debido a la falta de recolección, almacenamiento y procesamiento de la información por la institución, que no tiene en cuenta la importancia de la educación y la política de género

Palabras-clave: Raza. Género. Formación Inicial. Política Pública.

Introdução

O presente artigo é resultante de uma pesquisa de monografia que vem sendo desenvolvida no curso de Licenciatura em Geografia cujo interesse é investigar o perfil dos alunos dos cursos de Licenciatura¹ do IFMG por raça e gênero, no período de 2011 a 2015. A partir deste estudo sociológico da representatividade racial e de gênero nos cursos superiores do IFMG será possível estabelecer um diálogo sobre a necessidade de políticas afirmativas direcionadas para o estudante negro, que necessita de suporte institucional para se manter no curso, com garantia do aproveitamento, até a conclusão do mesmo.

A análise do perfil do alunado dos IFs mineiros foi estabelecida com base nos dados estatísticos fornecidos pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo IFMG campus Ouro Preto. Foram solicitadas informações socioeconômicas pautadas na identificação de alunos oriundos de escola pública ou privada (nível médio) e a relação de autodeclaração racial e por sexo.

Nesta pesquisa cuja referência são estudos da sociologia, o gênero enquanto categoria de análise é compreendido como uma identidade construída a partir de um conjunto de relações complexas, que ganha significado a partir da existência do outro, que é culturalmente construído, mas não determinado pelo sexo (BUTHER, 2003).

Isto é, o gênero é trabalhado como uma categoria flutuante, que se estabelece a partir da escolha do sujeito, que independe do corpo/ sexo, que são anatomicamente fixos (SCOTT, 1990). Quando Beauvoir (1967, p.9) suscita que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, deixa claro que gênero é uma questão de escolha, conforme as relações sociais que estabelecem, ou seja, um corpo feminino pode se considerar do gênero masculino e vice-versa, por exemplo.

Assim como o gênero, a raça é concebida como uma construção social e histórica. Segundo Guimarães (2012) e Gomes (2010) raça é um classificador social estabelecido a partir das relações sociais, culturais e políticas, que se firma e ganha novo significado, a partir das intervenções do Movimento Social Negro, deixando de ser um mecanismo que exclui e estigmatiza a população negra, e torna-se um instrumento de inclusão, reivindicação para a superação do racismo.

A partir do século XIX foram organizadas lutas plurais das “minorias sexuais e étnicas”, pelas mulheres e negros, com o intuito de firmar a representatividade sociocultural, reivindicando direitos que em tempos longínquos foram negados a estes grupos sociais, como o direito a educação (LOURO, 2008) que no século XX, “se tornou uma forte bandeira de luta do Movimento Negro” (GOMES, 2010, p.4).

Estes grupos historicamente estigmatizados e discriminados sempre mantiveram impossibilitados de ascensão social na escala hierárquica da sociedade, embora compreendessem que o desvencilhamento de sua posição social de subordinado somente se estabelecerá a partir do acesso e controle dos espaços culturais, como as escolas, universidades, a mídia (LOURO, 2008) e os cargos de poder político, que são as principais vias de inclusão destes grupos marginalizados.

¹ O Instituto Federal de Minas Gerais possui onze campi e uma unidade conveniada na cidade de Arcos, onde se encontram atualmente cursos técnicos e subsequentes, como também cursos de nível superior, de Licenciatura e Tecnólogo. Considerando que a proposta pedagógica do IFMG sofreu uma mudança, mas o objetivo de expansão do ensino profissionalizante é o foco central da instituição, o IFMG apresenta em sua maioria cursos superiores voltados para as áreas de exatas e tecnologias.

As escolas brasileiras vêm de um passado ainda presente de caráter elitista que aos menos favorecidos não pertencia o direito à escola, à universidade. Até o século XIX não havia nenhum tipo de política de reintegração social para negros. Somente a partir da década de 40, filhos de famílias pobres começaram a ter acesso de forma ínfima nas escolas públicas brasileiras, que neste período eram as únicas existentes. Esta inserção proporcionalmente baixa se deve ao aumento da renda familiar destas famílias a partir da criação da Consolidação das Leis do Trabalho: CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), isto na primeira metade do século XX.

Vale aqui retomar o que aconteceu nas décadas de 60 e 70, em pleno regime ditatorial, quando se configurou um período de crise da educação, em que houve regressão na quantidade de negros e mulheres nas escolas, quantidade esta que já era diminuta. Neste período, poucas pessoas, conseguiam cursar o antigo colegial, atual ensino médias, e ingressarem, conseqüentemente, em cursos de nível superior. (GUIMARÃES, 2003)

É importante salientar que, depois da década de 60 houve uma crise educacional no Brasil que propiciou um significativo crescimento da educação e a estagnação do sistema público de ensino por falta de investimentos, sobretudo, nos níveis fundamental e médio, o que resulta em processo de ensino-aprendizagem precário, que tornava inviável o ingresso de alunado negro e pessoas de baixa renda, oriundas de escolas públicas em universidades federais (GUIMARAES, 2013). A ínfima presença de filhos de classe média baixa nas universidades federais está correlacionada ao sistema de seleção meritocrático que desconsidera a desigualdade equitativa de oportunidade (SILVA, 2009).

Diante da falta de políticas públicas de integração destes grupos desfavorecidos a vida social, a cidadania e ao direito civil, os negros, mulheres, entre outros indivíduos socialmente excluídos buscaram reivindicar seus direitos através de movimentos sociais, tendo como tripé das manifestações, o direito a saúde, a inserção ao mercado de trabalho sob condições dignas e o acesso à educação pública, com ensino de qualidade, direito social garantido pela Constituição Federal de 1988.

Diante do quadro de desigualdade e exclusão foram implantadas as Políticas de Ações Afirmativas através de decisões de conselhos superiores e leis estaduais no Brasil em 2004. A UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) foi a primeira universidade brasileira a aderir ao sistema de cotas no segundo semestre de 2004 (GOMES, 2006).

A Lei 12.711, a Lei das Cotas, foi regulamentada em 2012, tornando obrigatória a todas as instituições públicas de ensino superior a reserva de no mínimo 12,5% das vagas para pretos, pardos ou indígenas, estudantes oriundos de escolas públicas que possuam renda familiar menor ou igual a um salário mínimo e meio (MEC, 2012). Contudo o objetivo traçado pelo governo é ampliar gradativamente para 50% a quantidade de vagas reservadas para cotistas.

A política de ação afirmativa permite às universidades e institutos federais ampliar a reserva de vagas para cotas de acordo com as necessidades da região. Algumas instituições públicas dispõem, atualmente, de uma proporção de reservas de vagas maior que 50%, conforme sua necessidade, que é mensurada de acordo com os resultados do Processo de Classificação Étnico-Racial e socioeconômica realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Universidade da Fronteira do Sul (RS), por exemplo, disponibiliza atualmente 89,90% de suas vagas para as cotas sociais e a Universidade Estadual de Montes Claros dispõe de 65,76% de vagas para cotistas, segundo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA, 2016).

As cotas raciais e socioeconômicas são importantes mecanismos que foram implantados no Brasil com o intuito de superar as iniquidades produzidas pelo racismo (GOMES, 2010) que reflete substancialmente o gênero.

Em nosso sistema educacional é perceptível que há mecanismos de desigualdade que se encontra pautado nas relações de gênero, que não são somente homens e mulheres, mas homens e mulheres de diferentes raças, etnias, gerações e religiões (QUEIROZ, 2001). Desse modo, enquanto houver racismo e segregação social por gênero e classe social faz-se necessário a existência das cotas no Brasil.

Raça e gênero como indicadores sociais

O processo de classificação racial no Brasil se estabelece conforme a seleção de critérios arbitrários de um conjunto de características fenotípicas, como a cor da pele, traços faciais, formato do nariz e textura do cabelo (PIZA & ROSEMBERG, 2009).

Quando se pensa neste sistema de classificação racial fluido e não dicotômico (preto versus branco), compreende-se que existe uma problemática no processo de autoafirmação que torna duvidosa a veracidade dos dados censitários, pois diante da ampla linha de cores constituída a partir da ideologia da mestiçagem e do processo de embranquecimento da população brasileira, torna-se difícil encontrar uma correspondência efetiva entre a cor declarada pelo respondente e a cor “verdadeira” (ANJOS, 2013).

As formas de obtenção e tratamento das informações do IBGE referente à raça sofreram variações ao longo do tempo. Atualmente tem-se como categorias: branca, parda, amarela, indígena e preta. Existe uma problemática envolta do sistema de classificação que envolve a tríade de cores branca, parda e preta. Este tripé de cores utilizado pelo IBGE para realizar a autodeclaração racial é considerada pelo Movimento Negro um mecanismo de promoção da ideologia de branqueamento e a negação da identidade negra (ANJOS, 2013).

O quesito raça/cor inserido no censo do IBGE desde 1872 é considerado um indicador da realidade social no Brasil elementar para a formação da nacionalidade do país. No período do Império do Brasil² (1822- 1898), por exemplo, a elite imperialista tinha interesse em tornar o Brasil um país de civilização moderna, a partir da constituição de uma identidade nacional mais “clara”, de um Brasil “moreno” (MAGNOLI, 2009).

A formação da identidade nacional estabeleceu-se com a miscigenação, que está pautado no processo de dominação do homem branco-imigrante sobre a mulher negra e indígena, isto é, sob uma relação forçada de dominação sexual do homem “sobre” a mulher, atualmente conhecida como cultura do estupro.

No período imperialista, as cores pardas e morenas sobressaíram as autodeclarações de branco e preto. A categoria parda começou a ser utilizado no censo de 1950, contudo para análise sociológica e antropológica é feita a junção dos termos “parda” e “preta” como uma categoria única dos “negros”. Esta junção dos termos é uma forma de firmar a identidade negra, que sempre foi reivindicado pelo Movimento Negro, que em 1991, conjuntamente com ONG’s promoveu a campanha “Não deixe sua cor passar em branco: responda com bom ‘censo’”, com o intuito de conscientizar a população para não embranquecer a sua cor e negar sua identidade negra no censo (SCHWARCZ, 2013). O censo de 1970,

² Com o intuito de fazer do Brasil um país de civilização moderna, isto é, “europeia”, antes da proclamação da independência, D. João VI financiou a imigração de algumas centenas de colonos suíços e alemães como forma de iniciar um processo de “reforma racial no Brasil” (MAGNOLI, 2009).

realizado no auge da ditadura militar no Brasil não constava o item racial, que foi pauta para o Movimento Negro levantar sua bandeira reivindicando o retorno do quesito raça nos censos, (PIZA & ROSEMBERG, 2009; ANJOS, 2013) com o intuito de reconhecer as inequidades sociais existentes nas regiões do Brasil e criar políticas de intervenção social, que visse criar oportunidades e inibir a proliferação do racismo e das desigualdades social e educacional.

Até a década de 70, o quesito raça no censo não era analisado sob a perspectiva de implantar políticas públicas voltadas para determinados grupos sociais, sobretudo os negros, tendo como base que, o Brasil sempre viveu a ilusão de ser um país racialmente democrático, sendo que o país está ancorado em uma desarmonia racial velada, que se mantém devido à perpetuação das práticas racistas e discriminatórias, de forma implícita.

O gênero e a cor/raça como condicionantes da escolha pelas licenciaturas no IFMG

A investigação do perfil dos alunos ingressantes nos cursos de Licenciatura do IFMG possibilita a realização de um estudo reflexivo sobre as desigualdades existentes. Para análise, a Pró-Reitoria disponibilizou somente informações da identidade racial dos estudantes, referentes ao ano de 2011 a 2015, sendo que, no ano de 2011, os campi do instituto não faziam o tratamento dos dados adquiridos no formulário de matrícula dos cursos superiores.

Com a implantação da Lei das Cotas (Lei 12.711/2012) em 2012, foi solicitado a todas as universidades e institutos federais que criasse bancos de dados e fizesse o tratamento das informações referente à identidade racial dos estudantes e seu rendimento escolar, como forma de avaliar e acompanhar os cotistas e a implantação da lei (MEC).

Nessa perspectiva, em 2012, todos os campi foram incentivados a fazer o tratamento de informações referente à raça e a condição socioeducativa do aluno como forma de avaliação das políticas afirmativas implantadas. Isto é nos campi dos IFs mineiros são tratadas as informações de identidade racial, mas ainda não são objeto de análise os dados referentes ao gênero, que é um meio que viabiliza a introdução de uma discussão sobre o perfil por gênero dos cursos superiores da Instituição, buscando mensurar se as políticas existentes atendem ao público do sexo feminino. Dado que as mulheres têm trajetória escolar distinta a dos homens que tiveram acesso à escolarização, sendo que as mulheres só adquiriram este direito a partir do XIX e ao ensino superior somente no século XX, em alguns cursos (ALMEIDA, 2006).

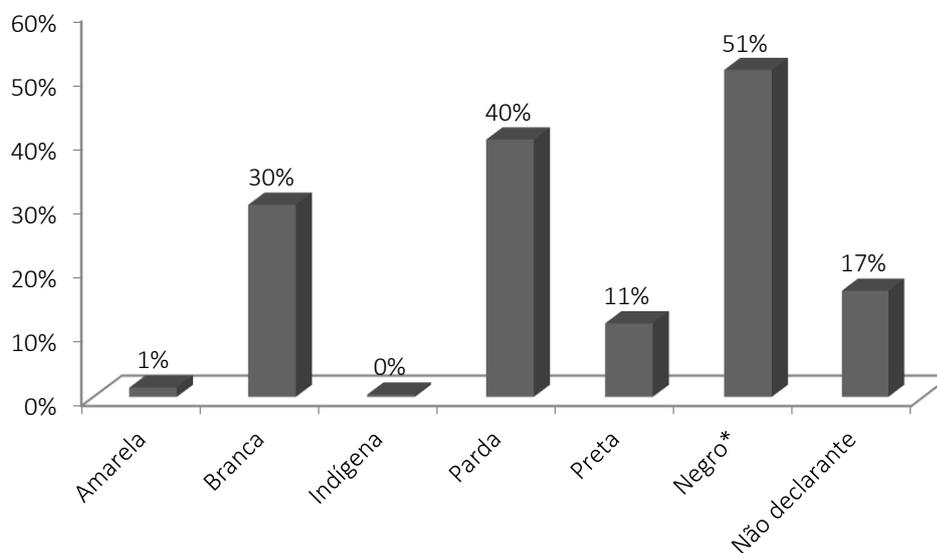
Considerando a diversidade de raça e gênero que há no meio acadêmico, segundo dados obtidos pela Pró-Reitoria, no período de 2012 a 2015 ingressaram nos cinco cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Minas Gerais 827 alunos (as), dos quais 332 se autodeclararam pardas, 248 se autodeclararam brancos, 95 negros, 137 não declararam raça/cor, 3 se consideraram indígenas e 12 pertencente a raça/cor amarela (Tabela1).

Tabela 1. Autodeclaração de raça/cor dos estudantes das Licenciaturas do IFMG, no período de 2011 a 2015.

Raça/cor	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Amarela	1	0	2	4	5	12
Branca	19	36	47	50	96	248
Indígena	1	0	1	1	0	3
Parda	22	40	58	72	140	332
Negra	4	16	13	33	29	95
Não declarante	29	24	16	13	55	137
Total Geral	76	116	137	173	325	827

Em meio ao gradiente de cores entre branco e preto, observa-se na Tabela 1 que ao longo dos anos de 2011 a 2015 houve um aumento progressivo de alunos que se consideram preto, pardo e branco, sendo que, em 2011 houve maior número de alunos que não informaram sua pertença racial. De 2012 a 2015 a maioria dos estudantes se identificou como pardo. Esta categoria representa percentualmente 40% do alunado dos cursos de Licenciatura (Gráfico 1).

Gráfico 1: Autodeclaração de raça/cor de estudantes das Licenciaturas do IFMG, no período de 2011 a 2015.



Nota: * Corresponde à junção do número de pardos e pretos.

A existência deste alto percentual de pessoas que se autodeclaram pardas dificulta a observação e o estudo das desigualdades educacionais cuja referência seja as relações entre brancos e negros, tendo

em vista que os pardos ocupam uma posição social intermediária que mitiga as diferenças socioeducacionais entre brancos e negros.

Desse modo, para fazer a análise das desigualdades educacionais por raça foi agrupado pretos e pardos em uma única categoria, o grupo dos negros, seguindo as orientações do movimento social negro e do IBGE, que especificamente em 1974 codificou negro como a junção de “pretos e pardos (OLIVEIRA; PORCARO; ARAÚJO, 1985). Considerando a agregação das categorias parda e preta, o percentual de negros no IFMG é de 51% (Gráfico 1.).

O formulário de autodeclaração racial do Instituto Federal de Minas Gerais, que data de 2011, dispõe da opção “não declarante, que foi assinalado por 17% dos discentes das Licenciaturas (Gráfico 1). A preferência por não declarar a pertença racial inviabilizam a implementação de políticas de inclusão, de ação afirmativa cujo critério seja a cor/raça, pois quando há ausência de resposta para a pertença racial, pode-se considerar este entrevistado como negro, que nega sua negritude. Piza e Rosemberg (2009, p.102) em seus estudos sobre os critérios de classificação racial no Censo, ressalta que os grupos dos “não declarantes” eram considerados pardos no Censo de 1940, pois os respondentes “não desejavam explicitar o componente preto de sua condição racial, tanto quanto, ao que se parecem, não explicitavam o componente branco”.

Dentre os cinco cursos de Licenciatura, os cursos da área de exata e tecnológica que corresponde as Licenciaturas em Computação, Física e Matemática dispõem de maior concentração de alunos brancos (32%) e o segundo maior alunado que se autodeclara negra (o). Na área Biológica observa-se um alto percentual de alunos que não declararam cor (59%) e o curso da área de humanas que apresenta 67% de negras (os) (Tabela 2).

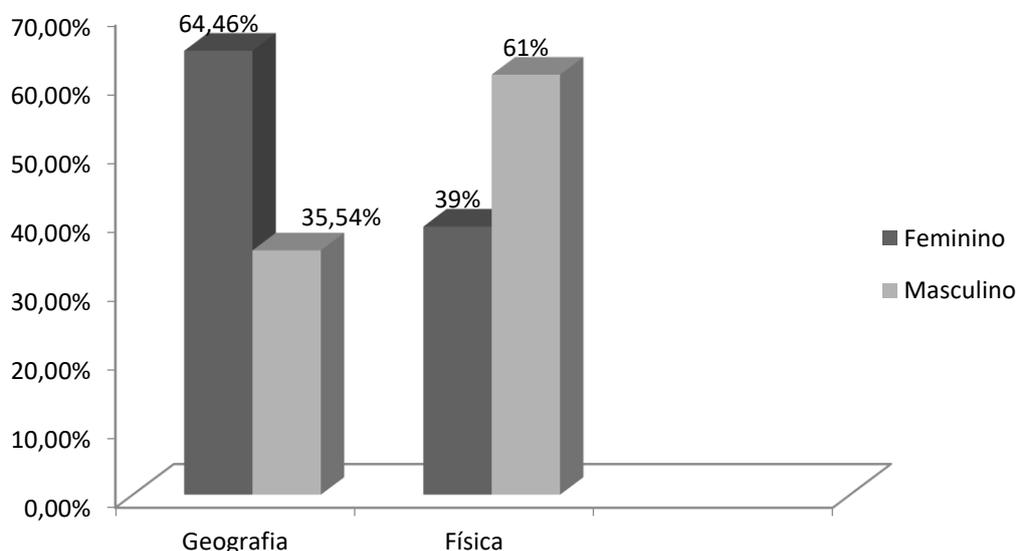
Tabela 2: Autodeclaração de raça/cor dos estudantes das Licenciaturas do IFMG, por área de ensino, no período de 2011 a 2015. Em negrito os maiores valores para cada linha

Raça/cor	Licenciatura na área de exata e tecnológica	Licenciatura na área Biológica	Licenciatura na área de Humanas
Amarela	1%	1%	3%
Branca	32%	24%	24%
Indígena	0%	1%	0%
Negra*	54%	15%	67%
Não declarante	12%	59%	6%

Nota: * corresponde à junção do número de pardos e pretos.

Ao fazer um comparativo entre o percentual de autodeclaração racial e por gênero entre os cursos, observa-se que há um elevado percentual de alunos negros (67%) na Licenciatura na área de Humanas do IFMG, que corresponde ao curso de Geografia, no campus da cidade de Ouro Preto, sendo que o curso de Física, disponível no campus Bambuí, Congonhas e Ouro Preto possui maior percentual de alunos que se consideram brancos (Tabela 2).

Gráfico 2: Percentual de alunos das Licenciaturas do IFMG campus Ouro Preto, período de 2011-2014



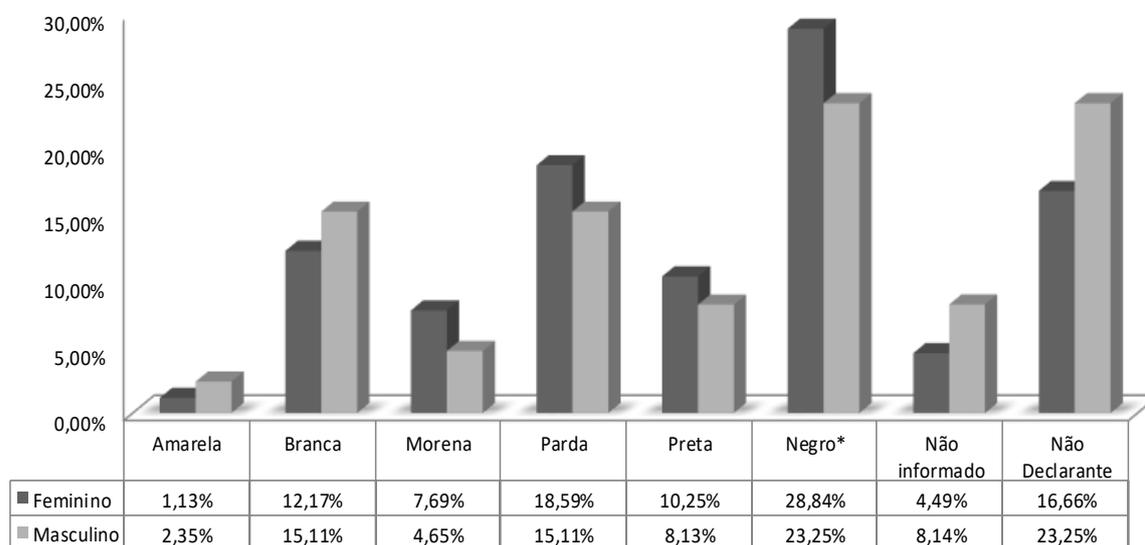
Nota: * Corresponde à junção do número de pardos e pretos. **Não informado:** refere-se ao alunado que não respondeu ao quesito cor, devido à ausência do item raça/cor no formulário de matrícula, no ano de 2011.

Conforme dados do IFMG campus Ouro Preto disponibilizado pela Diretoria de Graduação e Pós-Graduação do IFMG campus Ouro Preto, por raça e sexo, observa-se que no período de 2011 a 2014, há maior quantidade de mulheres no curso de Geografia (64,46%), do que na Licenciatura em Física, que dispõe de 61% do seu alunado de homens (Gráfico 2). A segregação das carreiras entre áreas humanas, biológicas e exatas, segundo estudo realizado por Rosemberg (2001) está associado ao desempenho do menino e da menina ao longo de sua trajetória escolar, que comumente indicam que os homens conseguem resultados significativos em provas de matemática, as mulheres nas provas de línguas.

A diferença de acesso de homens e mulheres nas duas Licenciaturas do IFMG campus Ouro Preto é de 11%, considerando que ambos os cursos somam um total de 209 mulheres e 169 homens. Esta diferença de acesso à profissão da docência é explicada por Louro (1997) através da concepção de feminização do magistério, concebida a partir da ideia de que as mulheres por “dom” materno estão mais qualificadas para lecionar/educar.

Vale lembrar que se trata de uma investigação realizada pelas autoras, orientanda e orientadora no campus Ouro Preto, a orientadora, por sua vez, vem realizando um trabalho acadêmico, teórico e prático que se volta para análise das relações da raça e de gênero em ambas as licenciaturas, desde 2013. Logo, explica-se o fato de os dados referentes a esse campus aparecerem de forma mais particularizada.

Gráfico 3: Autodeclaração de raça/cor dos estudantes das Licenciaturas em Geografia do IFMG Campus Ouro Preto, por sexo, período de 2012 a 2014.



Nota: * O grupo de negros corresponde à junção do número de pardos e pretos.

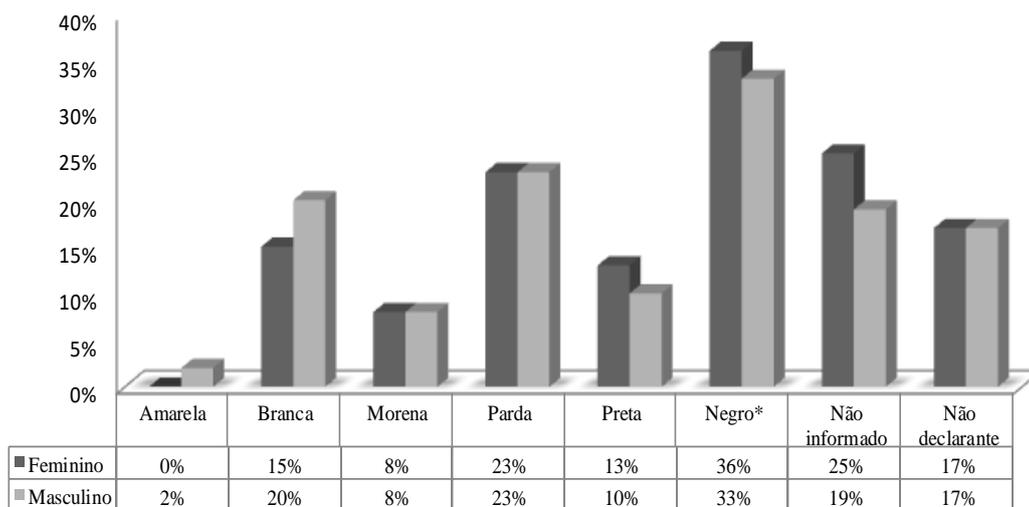
Não informado: refere-se ao alunado que não respondeu ao quesito cor, devido à ausência do item raça/cor no formulário de matrícula, no ano de 2011.

Ao fazer um comparativo entre o percentual de autodeclaração racial entre os cursos, observa-se que há um elevado percentual de alunos negros na Licenciatura na área de humanas do IFMG, que corresponde ao curso de Geografia, ofertado somente no campus Ouro Preto, onde verifica-se que o percentual de mulheres (28,64 %) e homens (23,25%) se autodeclararam negros, o que representa estatisticamente mais de 50% do alunado do curso de Geografia.

Diferentemente dos atuais padrões de classificação racial, o formulário de matrícula do IFMG campus Ouro Preto apresenta, em 2012 a categoria “moreno” para autodeclaração de raça, declaração esta que é adotada por uma quantidade ínfima de alunos; e que aparece, em maior proporção, como autodeclaração de cor, de estudantes do sexo feminino. Nesse aspecto, vale dizer que a cor é um tropo para se pensar na raça e refletir razões pelas quais formulários de matrícula incluem na autoclassificação: “morena”, “não declarante” e “não informada”. Isto porque na contabilização dos dados, tanto a categoria “moreno (a)”, quanto “não declarante” e “não informada” expressam números de uma população para as quais inexitem, no Brasil, políticas educacionais, ou seja, tais categorias não expressam necessidades, materiais e históricas da população usuária, logo, não vão incidir ou impactar políticas, sobretudo, daquelas que podem ser direcionadas à população negra, no contexto de instituições educativas. A autodeclaração “moreno (a)” pauta-se na visão de alguns autores à ligação com o “branqueamento e para outros designa um processo de despreconceituação da nomeação da cor”, segundo Piza e Rosemberg (2009, p. 107).

Vale salientar que no Brasil se configura uma precariedade das identidades raciais e ainda há uma valorização da identidade intermediária que prefere acreditar estar correlacionada ao enfraquecimento da ideologia de branqueamento e mestiçagem, tendo em vista que, as pessoas que se autodeclararam pardas e morenas estão realizando o processo de negação da negritude (Gomes, 2010).

Gráfico 4: Autodeclaração racial de estudantes dos cursos de Licenciatura em Física do IFMG Campus Ouro Preto, por sexo, período de 2012 a 2014.



Nota: * O grupo de negros corresponde à junção do número de pardos e pretos.

Não informado: refere-se ao alunado que não respondeu ao quesito cor, devido à ausência do item raça/cor no formulário de matrícula, no ano de 2011.

Tabela 3: Situação de matrícula dos alunos dos cursos de Licenciatura do IFMG, por raça, no período de 2011 a 2015. Em negrito os maiores valores para cada coluna.

Raça/cor	Cursando	Desvinculado do curso	Formado	Matrícula trancada	Transferido para outro curso da mesma IES
Amarela	1%	2%	0%	2%	0%
Branca	27%	36%	38%	31%	75%
Indígena	1%	0%	0%	0%	0%
Negro*	54%	19%	40%	59%	13%
Não declarante	17%	15%	22%	7%	13%
Total Geral	70%	20%	4%	5%	1%

Nota: * O grupo de negros corresponde à junção do número de pardos e pretos.

A partir da marca dessas diferenças que delimitam o espaço social e educacional de homens e mulheres de distintos segmentos raciais pode ser analisado o desempenho dos estudantes de licenciatura do IFMG. Conforme a tabela 3, o percentual de alunos negros que trancaram a matrícula, no período de

2011 a 2015 foi 59%, sendo que pediram transferência interna 75% dos estudantes que se autodeclararam brancos. Entretanto o índice de alunos que estão cursando é maior, e o número de concluintes ainda é irrisório (4%) em relação à quantidade de alunos que se desvincularam do curso (20%).

Ao se fazer a análise do acesso dos diferentes segmentos raciais à educação de nível médio, verifica-se que 94% dos alunos do IFMG que cursam Licenciatura são oriundos de escolas públicas e apenas 6% são de instituições particulares. Do total de estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública, 52% são negros (Tabela 4).

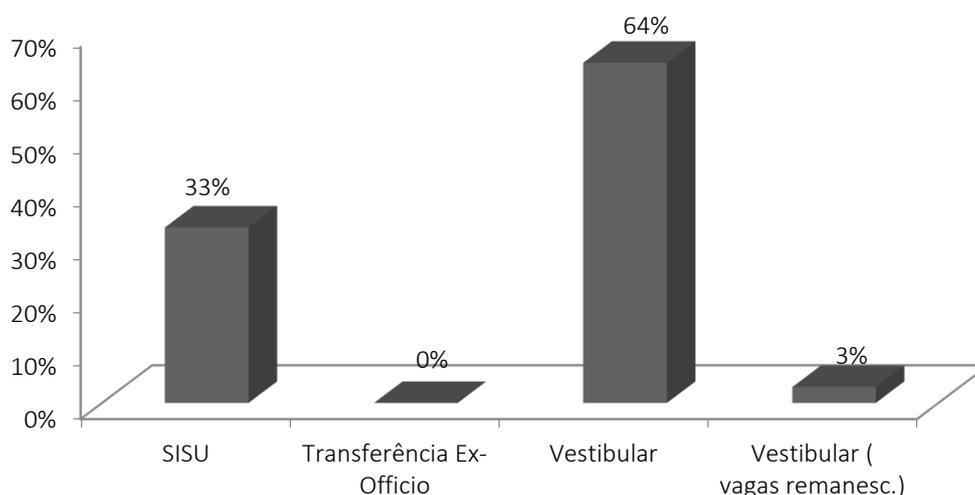
Tabela 4: Escola de origem, nível médio, dos estudantes das Licenciaturas do IFMG, por raça, no período de 2011 a 2015.

Raça/cor	Não informado		Privada		Pública	
	N	%	N	%	N	%
Amarela	0	0%	0	0%	12	2%
Branca	1	50%	17	33%	230	30%
Indígena	0	0%	0	0%	3	0%
Não declarante	0	0%	9	18%	128	17%
Parda	1	50%	23	45%	308	40%
Preta	0	0%	2	4%	93	12%
Negro*	1	50%	25	49%	401	52%
Total Geral	2	0%	51	6%	774	94%

Nota: * O grupo de negros corresponde à junção do número de pardos e pretos.

Em contrapartida, a maioria dos (as) estudantes que se autodeclararam brancos (as) procede de escolas particulares, o percentual desses (as) estudantes cursaram o ensino médio em escola pública se subdividem entre escolas públicas estaduais e escolas técnicas, como o IFMG e colégios militares. Estes alunos de cor branca, oriundos de colégios e instituições federais possuem qualidade de ensino diferenciado das escolas estaduais, o que os coloca em posição favorável e equitativa aos alunos de escolas particulares, durante o processo seletivo para ingressar em uma instituição pública de ensino superior.

Gráfico 5: Formas de ingresso usadas pelos alunos das Licenciaturas do IFMG, no período de 2011 a 2015.



Considerando que o processo seletivo do IFMG possui um perfil de alunos negros, oriundos de escola pública que, em sua maioria, ingressou no IFMG através do vestibular tradicional, mesmo com a inclusão do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é o segundo mecanismo utilizado pelos alunos das Licenciaturas da instituição.

Vale destacar que, o vestibular do IFMG para os cursos superiores, isto é, incluindo não somente as Licenciaturas, como também os cursos de Engenharias e Tecnólogo totaliza atualmente 1374, sendo que 50% das vagas são destinadas para o SISU e 50% das vagas para o Vestibular tradicional.

Brito (2007), Ristoff (2014) e Silva (2014) apontam um aumento no ingresso nas licenciaturas pelo estudante de perfil socioeconômico desfavorecido, cuja história de vida é marcada pelo desempenho na educação básica. Sabendo-se desse aumento de estudantes ditos pobres que buscam pela licenciatura, essa pesquisa relaciona a produção da desigualdade educacional da população negra às condições sociais e econômicas, às condições de tratamento e de aprendizado dos (as) filhos (as) das famílias negras brasileiras nos contextos educativos. Esses (as) estudantes, como bem caracterizou as pesquisas de Ziviani (2010, 2012), são aqueles que vivenciam histórias escolares marcadas por dados que articulam a raça, o gênero e transcendendo à classe social, portanto, há que se considerar que são estudantes que em função de sua história de vida escolar, da representação negativa que lhes é atribuída pelos agentes educativos e administrativos e, principalmente, por terem passado por instituições de educação extremamente despreparadas são colocados (as) em desvantagem quando no acesso ao ensino superior, logo, conclui-se que a principal via de acesso deles (as) a esse nível de ensino seja a licenciatura, como mostra a pesquisa das estudiosas Brito (2007), Ristoff (2014) e Silva (2014).

Há então que se preocupar com a “permanência bem-sucedida” desses sujeitos durante a sua formação, visto que, “é grande a desvantagem, entre alunos negros e não negros acumulada ao longo da escola primária e secundária, e fortalecida pelas desigualdades sociais. Embora valorosa, as estratégias de acesso não são suficientes, e são necessárias estratégias que assegurem também a permanência bem-

sucedida destes jovens negros ao ensino superior” (FONSECA, 2007, p.51). Faz-se necessário dizer que, à medida que o usuário da licenciatura do IFs não se apresenta, por meio de formulários, como grupo racial conforme orientações do IBGE torna-se difícil estruturar-se um quadro que permita pensar política ou de atender à reivindicação de políticas cujos objetivos se articulem à qualificação da permanência do estudante negro que opta pela licenciatura.

Algumas considerações...

Sem a pretensão de concluir este artigo, fruto de uma investigação em andamento, que se constitui por ser um estudo das relações de gênero, raça e formulação de políticas de inclusão social dos Institutos Federais mineiros, buscou-se analisar a participação de estudantes do sexo feminino e masculino e de diferentes segmentos raciais nos cursos de Licenciatura dos IFs mineiros.

No que se refere à dimensão racial, resultados parciais indicam que o perfil dos alunos das Licenciaturas do IFMG representa-se por estudantes negros, num percentual de mais de 50%. O estudo comprova que da forma como vem se estruturando o questionário de matrícula, há a dificuldade dos agentes administrativos das instituições em lidar com a categoria cor/raça, o que sugere a dificuldade de utilização dos dados pelas políticas fundamentadas por cotas e ações afirmativas.

Por outro lado, os mesmos formulários não identificam o perfil do seu alunado por sexo, quando se perdem os dados analíticos por gênero, porque não é feito o tratamento destas informações no formulário/questionário de matrícula. Os dados apontam para a necessidade de os campi conhecerem os espaços sociais ocupados pelo público feminino e masculino e estabelecer a manutenção de políticas de inclusão social já existente e implementar outras, com atenção ao quesito raça, a fim de atender às necessidades de grupos distintos, que requerem o suporte socioeducativo para adquirem conhecimentos próprios numa formação que, de fato, seja de qualidade. A pesquisa encontrou maiores dados sobre o IF Ouro Preto, onde os números mostram que estudantes do sexo feminino constituem o público, majoritário da Licenciatura em Geografia.

Segundo pesquisas realizadas pelo ENADE (2005), houve aumento anual de ingressantes nos cursos de Licenciatura, depois da década de 90. Contudo o índice de conclusão do curso ainda é baixo, devido ao despreparo no ensino básico daqueles que ingressam nas Licenciaturas. Estudos sobre o perfil de alunos do magistério, como o Censo Escolar de 2007, realizado pelo Ministério da Educação apontam que a maioria dos estudantes que cursam Licenciatura pertence a famílias de classe C e D, são oriundos de escolas públicas e apresentam dificuldades de escrita e leitura, que refletem em seu baixo desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (GATTI, et al.,2009). Logo, verifica-se a necessidade de políticas que equiparem o conhecimento de ingressantes nas licenciaturas.

A possibilidade de expansão do acesso ao ensino superior para negros e mulheres propiciou uma reestruturação do perfil de alunos universitários, principalmente das instituições Federais. A adoção das políticas de ação afirmativa vem causando mudança estética, espacial e vem permitindo uma discussão sobre a adaptação das instituições de ensino à diversidade étnico-racial e cultural, a qualidade nos processos de ensino-aprendizagem na educação básica, de modo a evitar a ocorrência de índices elevados de evasão.

O sistema de classificação racial no Brasil, que serve de mecanismo de identificação racial para concorrer a reserva de vagas pelas cotas sociais nas universidades e no IFMG não são consistentes, pois consideram como critério de classificação outros traços físicos, além da cor da pele, que possibilita um gradiente muito extenso e fluida de cores, que fortalece a ideologia de embranquecimento. O modelo ideal de sistema de classificação racial, que melhor distingue os grupos raciais sem viabilizar erros ou múltiplas formas de classificação de uma mesma raça/cor, é um sistema que considere somente a cor da pele, atribuindo-lhe confiabilidade enquanto “dado natural” (GUIMARÃES, 2012). Havendo uma modificação no modelo tradicional de identificação da pertença racial será exequível a perda do ideal de embranquecimento, que ainda se mantem no senso comum.

Outro ponto positivo do modelo de classificação racial de Guimarães (2012) é que as universidades estabeleceriam como critério de identificação da pertença negra, apenas pessoas que tiverem a cor da pele escura, evitando assim, múltiplas formas de raciais de classificação, que possibilita atualmente pelas cotas, por exemplo, que pessoas de pele clara ingressem nos cursos superiores das universidades e institutos federais fazendo o uso das cotas raciais. Para comprovar/justificar sua negritude, estes indivíduos selecionam critérios arbitrários como descendência e textura do cabelo. A padronização dos critérios de classificação e o estabelecimento de um vocabulário fixo para autodeclarar racialmente.

Referências

- ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2006.
- ANJOS, G. de. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. Porto Alegre: *Revista Fee*, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BRASIL. Estatuto da igualdade racial. *Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata*. – 3. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRITO, M. R. F. ENADE 2005: Perfil, desempenho e razão da opção dos estudantes pelas Licenciaturas. In: *Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, p. 401-443, set. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n3/a03v12n3.pdf> >. Acesso em: 29 jun. 2016.
- FONSECA, M.V. O Programa de ação afirmativa na UFMG e os conflitos em torno de uma proposta de permanência de estudantes negros (as). In: LOPES, M. A; BRAGA, M. L. de S. *Acesso e Permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007, p.161-186.
- GATTI, B.A., et al. A atratividade da carreira docente no Brasil. In: FUNDAÇÃO VITOR CIVITA. *Estudos & Pesquisas Educacionais*. São Paulo, nº1, 2009, p.139-209.

GOMES, N.L. *Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: Ministério da educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação: ANPAE*, v. 27, n. 1, 2010.

GEMAA. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa: UERJ. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/dados/mapa-das-acoes-afirmativas.html>>. Acesso em: 30 maio. 2016.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. São Paulo: *Revista Educação e Pesquisa*, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun., 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classe, raças e democracia*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa USP*, n. 118, p. 247-268, 2013.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

MAGNOLI, D. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, L. H. G. de; PORCARO, R. M.; COSTA, T.C.N. A. *O lugar do negro na força de trabalho*. Fundação IBGE: 1985.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA –MEC. *Ensino superior: entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas*. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 7 jun.2016.

QUEIROZ, D. M. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. Salvador: *Caderno Crh- Ufba*, n. 34, p. 175-197, 2001.

ROSEMBERG, F. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9, n. 2, p. 515-540, 2001.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação* (Campinas) vol.19 n.3, Sorocaba Nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010>. Acesso em: 29 jun. 2016.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª ed. Claro Enigma, 2013. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=8u2nBAAAQBAJ&pg=PA1&dq=NEM+PRETO+NEM+BRANCO,+M>

UITO+PELO+CONTRARIO&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwiO95GvhsfNAhUHHJAKHe7sAsQQ6AEIJTAA#v=onepage&q=NEM%20PRETO%20NEM%20BRANCO%2C%20MUITO%20PELO%20CONTRARIO&f=false) >. Acesso em: 20 jun. 2016.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. A cor nos censos brasileiros. In: ROSEMBERG, F., et al. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009

SILVA, C. B. da. O “mérito” e as cotas no concurso vestibular da UFRGS. Porto Alegre. *Monografia [Graduação em Sociologia]* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2009. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17841/000725347.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 maio. 2016.

SILVA, S.A. Os novos estudantes de Licenciatura no contexto da expansão do Ensino Superior. *Educação em foco*, Ano 17, n. 23, julho 2014. Disponível em: <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/528/346>. Acesso em: 29 jun. 2016.

ZIVIANI, D. C. das G. A inclusão e diferença-estudo dos processos de exclusão de crianças e adolescentes negros através da alfabetização no contexto da escola plural. SP. 400f. *Tese* (Doutorado-Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ZIVIANI, D. C. das G. *A cor das palavras: a alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Professora do Instituto Federal de Minas Gerais campus Ouro Preto. Departamento de Coordenação de Educação. E-mail: denise.ziviani@ifmg.edu.br

** Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Minas Gerais campus Ouro Preto, monitora de Estágios Supervisionados das Licenciaturas em Geografia e Física. Departamento de Geografia. E-mail: vanessa_estevam263@yahoo.com.br

Recebido em 10/09/2016
Aprovado em 03/10/2016